

## Fonasefe solicita adiantamento da reunião da MNNP para início de abril

O Fonasefe protocolou ofício nessa quarta-feira, 20, solicitando adiantamento da reunião da Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP) para o início de abril. A expectativa é de que o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) responda o mais breve possível, visto a situação alarmante das servidoras e servidores públicos.

### Confira trecho do documento:

*“De acordo com os dados da execução orçamentária, os quais fornecem a confirmação da arrecadação superior na previsão orçamentária do governo brasileiro e sabendo da iminência, neste momento, da definição de como será utilizado esse dinheiro, nós do FONASEFE, como parte interessada, solicitamos a essa Secretaria, que seja convocada, para a*

*primeira quinzena de abril uma reunião extraordinária da Mesa Nacional de Negociação Permanente.*

*O principal objetivo dessa reunião é definir o valor deste montante que será destinado a minimizar as perdas salariais dos Servidores (as) Públicos Federais, ainda em 2024.*

*Em tempo, adiantamos ser inaceitável o congelamento dos salários de uma categoria de trabalhadores (as) que nos últimos anos assistiram seus salários serem congelados por governos que pretendiam destruir o serviço público.”*

Fonte: Fonasefe



**Seguimos mobilizados! Todo apoio às categorias em greve! Não aceitaremos 0% de reajuste em 2024!**

## 3 de Abril: Dia Nacional de Luta

O Fonasefe reforça a necessidade de intensificar as lutas frente a tamanho desrespeito do governo como os seus servidores e servidoras e o nosso apoio às categorias que já se encontram em estado de greve! Convocamos as entidades filiadas a construir o Dia Nacional de Mobilização e Paralisação, no dia 3 de abril.

A potência do Dia Nacional de Mobilização e Paralisação do Serviço Público Federal será um importante recado para o governo e determinante para a vitória da nossa categoria. 0 % é desrespeito!

Convocamos todas as servidoras e servidores a permanecerem em estágio de mobilização, participando das atividades locais, de greve e das assembleias de suas categorias rumo à intensificação de nossas lutas!

# IMPOSTO DE RENDA 2024



**ATENDEMENTO\***  
Segunda à Sexta  
08 às 12h e das 14 às 18h

\* O último dia para a entrega da Declaração de Imposto será 31/05 (Sexta-feira), em horário comercial.

# AVISO

O SINDSEP/MA informa aos seus filiados, associados e sociedade em geral, que em virtude do feriado da Semana Santa as atividades laborais estarão **SUSPENSAS** nos dias 28 e 29 de março, retornando nossas atividades normais no dia 01/04/2024 (segunda-feira) no horário de 08:00 às 12:00 e de 14:00 às 18:00 horas.

**A DIREÇÃO**

## Educação é a mais eficiente ferramenta para impedir a violência contra as mulheres

A pena de morte decretada por homens como “punição” para as mulheres que se recusam a manter relacionamentos abusivos, ou simplesmente pelo fato de serem mulheres, é quase que diária no Brasil. Somente no ano passado foram registrados 1.463 feminicídios, uma alta de 1,6% em relação a 2022, segundo pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). Isso significa que a cada quase seis horas uma mulher perdeu a vida. Entre 2015 e 2023 quase 10,7 mil mulheres foram assassinadas, seja por seus companheiros, familiares próximos e distantes, ou por desconhecidos.

Há ainda cicatrizes que não se curam como os casos de violência sexual em que a mulher, muitas vezes, é colocada não como vítima, mas como causadora, por estar “onde não deveria” ou usar uma “roupa provocante”, por estar à noite na rua. Como se esses espaços fossem exclusivamente masculinos e a mulher que se “atreve” a ocupá-los é severamente punida com a invasão do seu corpo, da sua intimidade, da sua dignidade e da sua honra.

Dois casos ganharam as manchetes da mídia nos últimos dias. O do ex-jogador da seleção brasileira de futebol, Daniel Alves, condenado há quatro anos de prisão por estupro cometido numa boate na Espanha, mas que poderá sair em liberdade provisória após pagar 1 milhão de euros (mais de R\$ 5 milhões). E o outro do jogador Robinho, condenado há nove anos de prisão. Ele fugiu para o Brasil, mas foi preso, na última quinta-feira (21), e está cumprindo pena no presídio Tremembé (SP),

de segurança máxima, após a decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ), a pedido dos italianos.

Esses são só exemplos de casos notórios, mas diariamente a violência contra a mulher é praticada por famosos e anônimos, o que torna de suma importância o tema “Defesa da Vida: pela proteção e preservação da vida das mulheres, em todas as suas dimensões, seja no trabalho, na saúde, na segurança, ou em situações de risco, promovendo políticas e ações que garantam a integridade das mulheres”, escolhido pelo Fórum das Mulheres, do qual a CUT faz parte, para marcar março, o mês das mulheres.

A historiadora, com especialização em políticas públicas de gênero e raça, Vilmara Pereira, que atua na diretoria da Secretaria das Mulheres do Sindicato dos Professores do Distrito Federal (Sinpro-DF), desde 2013, diz que existe um crescimento da conscientização política das mulheres com relação a essa temática e que tem a ver diretamente com a relação da mulher trabalhadora e a violência contra elas.

### Educar pais, crianças e abusadores

Para ela o fim da violência passa pela educação desde a mais tenra idade das crianças, mas que este tema é impedido de ser aprofundado pela extrema direita, que defende, inclusive, que a mulher deve ser submissa ao homem.

A secretária da Mulher Trabalhadora da CUT Nacional, Amanda Corsino, concorda que é preciso educar as crianças, mas que o exemplo tem também de vir “de cima”, o que não aconteceu nos quatro anos do governo de Jair Bolsonaro (PL).

A historiadora critica a ausência dos pais e mães no ambiente es-

colar. Ela credita isso a instrumentalização pelas Igrejas fundamentalistas, que querem fiscalizar o que a professora está falando, o que está passando, e se falar de alguma coisa relacionada à sexualidade, os fundamentalistas vão até a escola constranger e silenciar esse profissional.

Vilmara, no entanto, faz uma ressalva. Segundo ela, isso é muito raro de acontecer no Distrito Federal porque existem uma legislação e um currículo inclusivo que respeita os direitos humanos e a comunidade LGBTQI+ e isto deveria ser regra geral e não exceção.

Mas, segundo ela, para se atingir esse grau de conscientização é preciso também que os profissionais da educação sejam capacitados para esse tipo de “aula”.

Vilmara defende que é preciso que os homens violentos e abusadores também sejam educados a respeitar as mulheres. Ela cita como exemplos, “penalidades” em que os homens eram obrigados a participar de encontros em que se debatiam a violência contra a mulher.

### O Judiciário e as leis protetivas

As leis protetivas são falhas na perspectiva da sua prática, avalia a historiadora, porque em todos os lugares do Brasil, as mulheres foram até a delegacia, à justiça e pediram a medida protetiva e não as tiveram. Em outras ocasiões ela não serviu para nada; não impossibilitou que o agressor, abusador, se reaproximasse da mulher para cometer o feminicídio. Apesar dessas situações, ela defende que é preciso mais agilidade do judiciário em atender os pedidos de proteção.

[Matéria completa em Cut.org.br](http://Cut.org.br)